

# DA ÉTICA DA GLOBALIZAÇÃO À «BOLHA» DA HEGEMONIA AMERICANA<sup>1</sup>

Miguel Rocha de Sousa

## INTRODUÇÃO

Peter Singer, australiano, filósofo, professor de Bioética do Centro para os Valores Humanos da Universidade de Princeton, acaba de ver traduzida para português a sua obra mais recente sobre a globalização, publicada no rescaldo do 11 de Setembro de 2001 (edição inglesa de 2002). Singer é um dos mais conceituados filósofos éticos da actualidade: os seus ensaios abordam uma variedade impressionante de temas, muitos dos quais encerram importantes dilemas éticos, desde a forma como tratamos os animais à questão do aborto e da eutanásia, passando pelos problemas ambientais e as prioridades no combate à pobreza. Até à data, dispúnhamos apenas de um livro de Singer traduzido em Portugal: *Ética Prática*, editado em 2000 pela Gradiva (versão inglesa de 1993). Em ano de eleições presidenciais americanas, seria interessante que alguma editora aproveitasse a oportunidade para traduzir o seu último livro: *The President of Good and Evil: the Ethic of George W. Bush* (2004).

PETER SINGER  
**Um S Mundo.  
A tica da  
Globaliza o**

Lisboa, Gradiva  
2004, 281 páginas

GEORGE SOROS  
**The bubble  
of American  
supremacy.  
Correcting  
the misuse  
of American  
power**

Londres  
Weindefeld & Nicolson,  
2004, 224 páginas

George Soros, o multimilionário financeiro, nascido na Hungria, estudante de Economia na LSE para fugir à ocupação nazi, estabeleceu-se nos EUA em 1956, enriqueceu em Wall Street e tornou-se um especulador mundialmente famoso por ter feito fortuna à custa da *débâcle* da Libra nos anos 90 e à sua conseqüente saída do Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema Monetário Europeu (SME). Hoje em dia dedica-se mais a actividades filantrópicas, assumindo-se como um adepto da tradição popperiana das sociedades abertas, um modelo que procura fomentar à escala global através de uma rede de fundações e bolseiros espalhados por todo o mundo. Há já alguns anos, publicou também um livro sobre o papel do capitalismo na economia global, já traduzido para português: *A Crise do Capitalismo Global. A Sociedade Aberta Ameaçada* (Temas e Debates, 1999; versão inglesa de 1998). Mais recentemente publicou *George Soros on Globalization* – também já traduzido para português (*A Globalização, Temas e Debates*, 2004). Até à data, os seus livros, embora sempre

imbuídos da filosofia popperiana do autor, tendiam a privilegiar a vertente económica das questões. Nesse sentido, o seu novo ensaio representa um virar de página: ele possui um pendor político muito vincado e, em ano de eleições presidenciais nos EUA, pode ser lido como um verdadeiro manifesto anti-Bush. Numa primeira parte, Soros analisa muito criticamente a postura da Administração Bush face aos atentados do 11 de Setembro e a subsequente «guerra ao terrorismo»; numa segunda, adopta uma linha mais construtiva e avança soluções alternativas para o papel da América no mundo.

### **O CONTEXTO FILOSÓFICO DE SOROS**

Para além de Popper, a outra referência filosófica crucial de Soros é Karl Polanyi, *The Great Transformation* (1989); ambos lhe fornecem os seus conceitos fundamentais, que poderíamos descrever (muito sinteticamente) da seguinte forma:

- Reflexividade: é a ligação biunívoca entre realidade e pensamento. O conhecimento é sempre imperfeito, apenas nos aproximamos da realidade e o acto de conhecer é alterado pela nossa participação na realidade.
- Falibilidade radical: a verdade científica nunca é definitiva. As teorias científicas conservam a sua validade apenas até as suas hipóteses serem testadas experimentalmente; e, no caso de passarem o teste, elas ganham apenas plausibilidade, nunca podendo ser consideradas definitivamente correctas.
- Sociedade aberta: devemos, tal como em ciência, «manter as nossas crenças provisoriamente como verdadeiras até as questionarmos». Esta é a fundamentação que

sustenta a sociedade aberta, composta por agentes livres e animados de um espírito crítico e céptico.

- Princípio da incerteza humana: a falibilidade radical dos agentes humanos na participação do processo de conhecimento introduz a incerteza no processo. Soros critica os neoconservadores, os neomarxistas e os fundamentalistas do mercado livre por acharem que as mudanças sociais são previsíveis – baseando-se assim, segundo ele, numa concepção do mundo determinística e darwiniana, à maneira do século XIX.

Na primeira parte do livro («A visão crítica»), Soros começa por analisar a «doutrina Bush», partindo da declaração de princípios do «Project for the New American Century» (1997) subscrita por vários intelectuais, empresários e colaboradores próximos de George W. Bush, entre os quais Dick Cheney, Lewis Libby, Paul Wolfowitz, Francis Fukuyama, Dan Quayle, Steve Forbes, entre outros (pp. 5-7). Nesta declaração de princípios já estava expressa a intenção de seguir a estratégia unilateral adoptada desde início pela Administração Bush, e aprofundada após o 11 de Setembro. De acordo com o documento, as últimas administrações democratas tinham reduzido excessivamente o peso da despesa militar e isso poderia prejudicar gravemente a missão externa dos EUA e o seu papel no mundo. O documento apontava como um erro o «desarmamento» posterior à vitória americana na Guerra Fria, alegando que isso punha em causa o legado de Reagan. Mas, como Soros salienta, um dos problemas de um orçamento militar expansionista é o de que ele

conduz inevitavelmente a um desequilíbrio das contas públicas (défice), tal como ocorreu durante os mandatos de Reagan (e ainda recentemente ouvimos o Vice-Presidente Dick Cheney afirmar que «Reagan demonstrou que os défices não são importantes»), com consequências não menos sérias para a influência global da América. Depois, com o 11 de Setembro, o Presidente encontrou uma medida de excepção que lhe permitiu instituir uma autêntica «economia de guerra», novamente à custa de elevados défices (diminuindo, por exemplo, a ajuda externa aos Países em Vias de Desenvolvimento). O ponto de Soros é o de que os atentados deram plena liberdade ao Presidente e à sua *entourage*, sempre escorados no pretexto da «guerra ao terrorismo», para avançarem com uma agenda que até aí poderia gerar grandes resistências não só a nível doméstico como a nível internacional. Para além disso, e graças à influência de intelectuais como William Kristol, Lawrence Kaplan e Richard Perle, a política americana ganhou um novo tom moralista e neoconservador. A ruptura com as posições francesas e alemãs demonstra, segundo Soros, que os EUA não estão a saber liderar, e a prazo terão dificuldade em conservar a sua hegemonia. Acrescenta ainda que a campanha militar no Iraque foi de facto um sucesso («a walk in the park»), mas que a Administração Bush não se encontrava preparada para o processo prolongado de construção de uma sociedade civil (Soros defende que se deve tentar criar uma sociedade aberta no Iraque, e que isso deverá ser feito com a cooperação da ONU.) Para além disso, relembra que Bush pai, no termo da

I Guerra do Golfo, resolveu não derrubar Saddam (não obstante este ser um ditador execrável) dados os elevados custos político-económicos que isso implicaria. Pelo contrário, Bush filho, legitimado pelo trauma nacional do 11 de Setembro, e insinuando uma ligação entre Saddam e a Al-Qaida (até à data nunca comprovada), ignorou a prudência do seu progenitor e seguiu em frente. É um facto que o livro é concluído em Outubro de 2003, ainda antes dos novos atentados de 11 de Março de 2004, em Madrid, mas a dimensão global do terrorismo já estava bem presente então. O que o autor discute é se a resposta militar de Bush terá sido a mais eficaz e adequada. Voltando de novo às comparações com Bush pai, Soros relembra que na I Guerra do Golfo a resposta foi cuidadosamente preparada no seio da ONU, envolveu uma vasta coligação de nações (que aceitaram partilhar a factura da guerra com os EUA), e conclui que esta via é a que melhor serve os intentos de uma hegemonia americana.

Em relação a um outro aspecto da «guerra ao terrorismo», Soros alerta para o risco de os Estados Unidos estarem a enveredar pelo mesmo caminho de Israel: a vítima que se torna perpetradora (p. 19). Ou seja, é-se alvo de uma violência e mais tarde responde-se com «a mesma moeda». Esta abordagem – transpor a psicologia individual para a dos países – pode parecer algo simplista, mas não deixa de ter alguma razão de ser – basta pensar, por exemplo, no extermínio de judeus durante a II Grande Guerra e, depois, nos massacres de Shatila e Sabra, cujo responsável foi o actual primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon.

No seu discurso do «Estado da União» de 2002, Bush identificou o «Eixo do Mal», composto pelo Iraque, Irão e Coreia do Norte, como uma das principais ameaças à segurança internacional em geral, e à americana em particular. Mas, como salienta Soros, a Coreia do Norte possui armas de destruição maciça e isso dissuadirá os EUA de lhe aplicarem a mesma receita do Iraque. Então, como resolver esse problema? Para Soros, a solução passa pelo derrube pacífico das ditaduras, incluindo a de Cuba, através da remoção de embargos e de uma maior abertura comercial. A lógica é a seguinte: quanto mais transaccionarem com o exterior, mais as pessoas vão conhecer a sua verdadeira situação e mais forças sociais se congregarão para instituir uma sociedade aberta. No fundo, algo de semelhante se passou com os antigos países de Leste a partir de meados dos anos 70 – e o resultado final foi a queda do comunismo. Note-se que Soros não é aqui completamente *naïf*. Ele não professa uma fé cega na acção «democratizadora» das forças de mercado; considera mesmo que antes do mercado vem a democracia. Aliás, como podemos ver pelo caso da China, que se tem tornado capitalista mas está ainda longe de se dotar de instituições democráticas. De igual modo, o grande falhanço na transição democrática de alguns países do antigo bloco soviético radica no facto de se ter implementado primeiro o mercado e não a democracia. É por isso que Soros se tem empenhado tanto na instituição de fundações que procuram criar as condições para o advento de genuínas sociedades abertas e pluralistas.

Na sua visão construtiva do mundo, Soros preconiza uma liderança mundial norte-americana, mas desde que articulada com instituições e convénios capazes de promover uma ordem internacional mais justa e equilibrada: a ONU, o Tribunal Penal Internacional ou o Protocolo de Quioto. A dado passo, Soros formula a questão que milhões de pessoas pelo mundo fora têm colocado em relação à política de Bush: como é que um jogador global quer que as regras mundiais se apliquem a todos, quando o próprio se furta sistematicamente a essas regras?

Depois, vem a ideia da «bolha», uma herança da teoria dos mercados financeiros que Soros tão bem domina<sup>2</sup>. Aplicando esta teoria à política externa americana, Soros conclui que a posição dissonante de tentar liderar indo contra outras grandes potências, como a Alemanha e a França (e agora perdendo mais um aliado, a Espanha), levará a que a bolha rebente. A ideia é simples: a bolha cresce enquanto as pessoas acreditam que ela vai durar (aliás, tal como nos mercados financeiros), mas a um dado momento, quando se vê que houve um erro de expectativas, dá-se um reajustamento. E tal como os preços dos activos podem cair repentinamente nas bolsas, Soros argumenta que, mais dia, menos dia, a posição hegemónica belicista dos EUA acabará, também ela, por rebentar.

### **A ÉTICA GLOBAL DE SINGER**

O ensaio de Singer é, a vários títulos, mais ambicioso. O autor procura, nada mais nada menos, do que apresentar um conjunto de respostas éticas para os desafios

colocados pela globalização. Escrito em 2001, a segunda edição do livro (a que é publicada agora em português) vem enriquecida com o prefácio redigido após o ataque americano ao Iraque e, de uma forma geral, Singer não é menos meigo do que Soros nas críticas que dirige à política externa da Administração Bush.

Depois de uma abordagem às mudanças decorrentes do impacto dos atentados terroristas do 11 de Setembro (cap. 1), Peter Singer divide a sua obra em quatro temáticas fundamentais: i) uma só atmosfera (cap. 2); ii) uma só economia (cap. 3); iii) uma só lei (cap. 4); iv) uma só comunidade (cap. 5).

Em relação aos problemas ecológicos que a humanidade enfrenta, Singer socorre-se da imagem de um gigantesco vazadouro para melhor explicitar a sua posição. Se o lixo a verter no vazadouro conseguir ser todo escoado, então não há problema ambiental. Mas, realisticamente, o problema surge porque este gigantesco vazadouro não consegue escoar tudo e então há impactos sobre a sociedade e o meio ambiente. A posição americana sobre o Protocolo de Quioto (a sua não assinatura), nomeadamente a afirmação de George W. Bush, «Não vamos adoptar nenhuma política que seja contrária aos interesses americanos!», é fortemente criticada por ser simultaneamente injusta e irresponsável. Singer propõe ainda uma medida de política económica global, que ele considera satisfazer os princípios de equidade: «[...] direito igual *per capita* a uma quota-parte da capacidade do vazadouro atmosférico, indexado à projecção actual das Nações Unidas para o crescimento demográfico do país em 2050» (p. 77).

Curiosamente, o autor parodia a situação dos EUA comparando-a à de um vizinho que alagou o chão e não se rala com a inundação daí decorrente, enquanto que os outros signatários de Quioto apenas verteram copos de água mas estão preocupados em limpar o chão da sua cozinha. É com recurso a este tipo de imagens que Singer defende a sua proposta de quotas de emissão de clorofluorcarbonetos (CFC) *per capita* ajustadas ao crescimento populacional. Advoga também a criação de um mercado para a emissão de quotas de poluição. No entanto, ressalva para o caso dos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) que vivem sob ditadura a possibilidade da venda desses direitos (nomeadamente dos PVD aos EUA) ser «controlada» por uma agência internacional (no seio da ONU), a fim de se garantir que os proventos da venda cheguem aos cidadãos desses estados, e não fiquem nos bolsos dos ditadores.

Quanto à economia global («uma só economia»), Singer centra-se sobretudo no papel da Organização Mundial de Comércio (OMC) e no tipo de críticas de que esta é objecto. Faz uma retrospectiva histórica, que vai do estabelecimento do *General Agreement on Tariffs and Trade (GATT)*, em 1947, à fundação da OMC e à sua subsequente contestação na cimeira de Seattle (1999). Discute depois os casos em que os princípios legais podem colidir com os princípios éticos, examinando a justificação que a OMC avança para se defender das acusações de favorecimento dos interesses comerciais em detrimento da protecção ambiental (o caso abordado é o da proibição da importação das redes de

pesca de atum que afogam golfinhos e de como essa proibição pode ser usada como pretexto para uma protecção indevida de certas indústrias nacionais).

Singer analisa ainda a questão da desigualdade de rendimento a nível mundial, socorrendo-se para o efeito do primeiro estudo mundial de um investigador do Banco Mundial, Branko Milanovic, que parte de uma análise de agregados familiares de todo o mundo (*household surveys*), e não apenas de estudos de comparação de médias entre países. Os resultados não são muito conclusivos e dependem essencialmente da abordagem adoptada (*survey* às famílias *versus* média-país). Numa opinião pessoal, este é um problema que carece de um estudo mais aprofundado antes de se poder arriscar qualquer conclusão em relação a um aumento (ou não) da desigualdade à escala global<sup>3</sup>.

No capítulo intitulado «Uma só lei», Singer discute aquela que é hoje uma das questões mais candentes das relações internacionais: a de se saber se perante certos crimes (os crimes de genocídio e os crimes contra a humanidade), o conceito clássico de soberania nacional não deverá ser colocado de parte. Questão controversa, pois muitos alegam que nem sempre a estabilidade e a justiça são princípios compatíveis nas relações internacionais, além de que tanto as intervenções humanitárias como a punição dos criminosos deverão obedecer a regras bem definidas e, tanto quanto possível, minimamente consensuais (caso contrário, pairará sempre a suspeita de que os «justiceiros», geralmente países ocidentais, são movidos pelo «imperialismo cultural»). A soberania nacional,

nota Singer, não possui «qualquer valor moral intrínseco», mas se não forem as Nações Unidas a assumir o papel da protecção das vítimas de certas atrocidades, então «os interesses nacionais sobrepor-se-ão novamente e mergulharão o mundo num conflito internacional» (p. 205).

No derradeiro capítulo, Singer pisa um terreno que lhe é bem familiar: quais os fundamentos éticos que deverão nortear a conduta dos indivíduos e dos governos face àqueles que sofrem ou estão num estado de privação absoluto? Num mundo marcado por privações e desníveis de riqueza colossais, como devem agir os cidadãos e os governos dos países mais ricos? Quais devem ser as prioridades dos países industrializados do Ocidente no auxílio aos países mais carenciados? Deveremos concentrar-nos no combate à pobreza nas nossas sociedades, ou prosseguir os dois objectivos ao mesmo tempo? A resposta de Singer, que dificilmente conquistará a adesão de um número significativo de responsáveis políticos, vai buscar inspiração à reflexão de São Tomás de Aquino: o objectivo da eliminação da pobreza tem de ser assumido como um desafio global, assente no pressuposto de que a humanidade é uma só e que os bens materiais existem para a satisfação das necessidades de todos, independentemente das fronteiras nacionais.

Em comum com Soros, Singer revela-se, também ele, um crítico intransigente dos EUA sob a Presidência Bush, os quais acusa de se colocarem à margem dos esforços envidados por vários países para ancorar a comunidade global em alicerces éticos mais sólidos – ao nível da justiça,

da segurança, da protecção ambiental, da ajuda ao desenvolvimento. «Só nos resta esperar», escreve Singer na conclusão, «que apesar de tudo [...] os Estados Unidos acabem por sentir vergonha e se juntem aos restantes. Se não o fizerem, arriscam-se a cair numa situação em que serão vistos por todos, excepto os seus próprios cidadãos presumidos, como a “superpotência pária” do mundo» (p. 266).

## CONCLUSÃO

Por tudo o que foi dito, a leitura destes dois livros parece-nos altamente recomendável. A obra de Singer não é um tratado inacessível de filosofia ética. Os conceitos mais complexos de filosofia política, economia e teoria social são expostos de

maneira simples, mas sem qualquer perda de rigor analítico. As questões abordadas são, afinal, alguns dos problemas cruciais do nosso tempo, e sobre todos eles Singer oferece-nos reflexões pertinentes e não convencionais. O livro de Soros, redigido num tom mais provocador, possui a originalidade de pegar num conceito económico, o de «bolha» no mercado financeiro, e explicar que a conduta unilateral e agressiva da presente Administração americana é, também ela, uma bolha a prazo e prestes a estourar. Para Soros, o rebentamento será inevitável, mas espera que o «mercado» da política internacional possa reencontrar o seu «equilíbrio» – possivelmente graças à reabilitação de alguns princípios da ética popperiana. **REI**

## NOTAS

<sup>1</sup> Já tive ocasião de fazer uma resensão sobre ética e internacionalismo nomeadamente em Rocha de Sousa, «Do internacionalismo *pop* à ética na economia», in *Política Internacional*, 22, Outono/Inverno 2000, pp. 239-246. Sobre a globalização, veja-se também o meu resumo, Rocha de Sousa (2001), «Globalização, equidade e desenvolvimento: um balanço de fim de século», in *Revista Nova Economia*, FEUNL.

<sup>2</sup> Existem vários livros com modelos económicos de bolha. Veja-se, por exemplo, de Robert Flood e Peter Garber, *Speculative Bubbles, speculative attacks and policy switching*, Cambridge Mass, MIT Press, 1994.

<sup>3</sup> Na minha tese de doutoramento, ainda em curso, procedo a uma análise da eficiência de um programa de reforma agrária assistida pelo mercado (projecto «Cédula da Terra» no NE do Brasil). Aqui, a base de partida são também os agregados familiares inquiridos e não a simples média.